

# Liberalismo e fascismo, convergências

JOÃO QUARTIM DE MORAES\*

*"Gazeta Mercantil: — Na área de banco privado, a Merrill Lynch fez algum estudo para examinar porque algumas pessoas acumulam riquezas e a maioria não?"*

*Smith Jr.: — Não. Estamos interessados quando as pessoas têm riqueza..."<sup>1</sup>*

## Envergonhadas afinidades

Os politólogos liberais costumam enfatizar as semelhanças entre fascismo e comunismo, apresentando-os como duas variantes do que chamam *totalitarismo*. Aos "cientistas políticos" formados no morno positivismo do saber oficial estadunidense, que professam tanto respeito pelas observações empíricas, permitimo-nos notar que qualquer estudo histórico-estatístico minimamente objetivo mostraria certamente, porém, que a quantidade de liberais que aderiram ao fascismo foi incomparavelmente maior do que a de comunistas.

Muito maior ainda é a envergonhada solidariedade de países festejados por seu apego aos valores e instituições liberais para com os veteranos do nazi-fascismo. Não foi nos países do extinto bloco soviético que os exterminadores de judeus e de comunistas, membros da SS ou esquadrões da morte compostos de facínoras locais que atuaram na esteira da expansão hitleriana encontraram refúgio, mas principalmente no muito liberal Canadá, onde, como recentemente comprovaram caçadores de nazistas, centenas

\*Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp.

1. Entrevista com Winthrop Smith Jr., presidente do Conselho Mundial da Merrill Lynch International, *Gazeta Mercantil* de 24 de junho de 1997. No preâmbulo, o entrevistador, Getulio Bittencourt, informa que "a riqueza das pessoas com alto valor líquido (*sic*) somou globalmente mais de US\$ 16 trilhões em 1996 e deve chegar a US\$ 24 trilhões até o final (...) deste século. Nos últimos dez anos, a riqueza desse grupo cresceu a uma média anual composta de 8%; no ano passado, o patrimônio dos ricos da América Latina teve o maior crescimento no mundo (22%) (...)"

de veteranos de *pogroms* vivem ou viveram em plena tranqüilidade e completa impunidade. Confirmou-se também que no pós-guerra bastava mostrar tatuagem de SS para ser imediatamente acolhido pelas autoridades canadenses. Ainda hoje, centenas de veteranos dos exércitos hitlerianos recebem pensões do muito liberal e muito cristão governo alemão.<sup>2</sup>

A Suíça, onde ao abrigo do sacrossanto princípio do segredo bancário, repousam e frutificam os frutos financeiros do tráfico de drogas (cujos lucros anualmente “lavados” giram em torno de 200 bilhões de dólares) e de armas, também acolheu de braços e cofres abertos o dinheiro pilhado e extorquido dos judeus por seus algozes nazistas. Somente mais de sessenta anos após o desencadeamento da furiosa perseguição nazista aos judeus, reuniu-se, em Londres, em dezembro de 1997, uma conferência organizada pelo Conselho Judaico Mundial colocando na ordem do dia a parceria financeira dos banqueiros suíços com os hitlerianos. Revelou-se então que mais de dois terços (76%) do ouro nazista extorquido das vítimas do extermínio havia sido transferido ao país que “lava mais branco” a sujeira do capitalismo. Tal foi a conclusão de uma comissão de historiadores autorizada a vasculhar a documentação existente. Parte do ouro que frutificou durante seis décadas na exemplar democracia liberal proveio diretamente, segundo a Comissão, dos campos de extermínio. Dentes de ouro, além de pertences do mesmo metal arrancados das vítimas das câmaras de gás, reforçaram a tradicional função frutificadora de capitais exercida pela Suíça, celebrado modelo de prosperidade burguesa e do mais respeitado liberalismo.

A afinidade do governo canadense e o proveitoso entendimento dos banqueiros suíços com os hitlerianos são apenas exemplos, longo tempo mantidos em pudibundo segredo, do modo como os liberais aplicam, relativamente aos nazi-fascistas, o princípio de que nas horas difíceis devemos ajudar os amigos. No Brasil, é comum ouvirmos personalidades liberais com notória participação no golpe reacionário de 1964 declarar que até dezembro de 1968 (isto é, até o Ato 5), a “revolução” cumpriu seus objetivos (entendamos, derrubar um governo progressista, domar os sindicatos e expurgar das Forças Armadas e de outros aparelhos de Estado, inclusive do Supremo Tribunal Federal, todos os suspeitos de simpatia pelas reformas de base propostas pela esquerda), mas depois deles se desviou. Há nisso alguma verdade: para mencionar exemplo conhecido, o jornal *O Estado de S. Paulo*

2. A solidariedade da direita alemã com os exércitos hitlerianos continua firme. *The Times*, expressão escrita da mais respeitável burguesia liberal-imperial inglesa, noticiou a 1º de março de 1997, sob o título “Kohl’s allies join Wehrmacht protest march in the footsteps of Hitler”, a discreta convivência de Theo Waigel, ministro das Finanças do governo Kohl, e chefe da CSU (União Social-Cristã), com a participação de seus correligionários da Baviera numa marcha através de Munique, refazendo o roteiro de Hitler, Goering e sócios durante o ‘*putsch*’ fracassado de 1923. A nostálgica iniciativa constituiu um desagravo à Wehrmacht, cujos crimes durante a ocupação hileriana da Polônia e da Alemanha estavam sendo denunciados numa exposição histórica com larga (e atroz) documentação iconográfica.

manifestou claramente seu repúdio à censura. Quando porém o poder do dinheiro já não mais consegue manter o dinheiro no poder, quando o sufrágio universal e o complexo de direitos políticos que os acompanham se tornam 'disfuncionais' para a defesa da ordem do capital face ao avanço da esquerda, os liberais não hesitam em recorrer aos bons serviços de chefes fascistas, de generais furibundos, de policiais psicopatas, erigidos em defensores da "livre empresa". A passagem dos porta-vozes do capital ao campo da contra-revolução armada e do terrorismo reacionário em momentos de crise revolucionária constitui regra geral da ordem burguesa. É que fascistas e liberais defendem substancialmente os mesmos interesses de classe.

Um exemplo expressivo: a imediata simpatia suscitada entre os liberais brasileiros pelo golpe fascista no Chile. Os grandes meios privados de comunicação social, praticamente sem exceção, vibraram eufóricos com a revanche da reação. *Veja*, já então a mais importante revista semanal do país, estampou na capa de seu nº 264, datado de 26 de setembro de 1973, o retrato do grande carniceiro de Santiago, general Augusto Pinochet, em uniforme de gala, com a severa e dominadora fisionomia de salvador do Ocidente, da família, de Deus e da propriedade, acompanhado do título: "Chile. A reconstrução armada". Tal atitude, longe de ser excepcional, constitui apenas exemplo banal de um fenômeno político recorrente ao longo da história da dominação burguesa: a supressão da *forma política liberal* para preservar o essencial do *conteúdo econômico* capitalista.

Outra prova contundente, em nossas terras, da afinidade entre terrorismo militar criptofascista e liberalismo reacionário está no elogio de Martinez de Hoz, ministro da Fazenda do celerado general Videla a Roberto Campos, seu colega e inspirador brasileiro. Em discurso de 20 de junho de 1977, quando a Argentina sufocava debaixo de um terrorismo de Estado sem precedentes em sua História, ele assim se exprimiu: "Os senhores devem se lembrar de Roberto Campos (...) Encontrei-o em julho do ano passado quando viajei para a Europa; estivemos juntos uma noite e me disse (...) o seguinte: 'tu estás sendo apoiado por todo mundo em teu país; todo mundo está contente (...) todo mundo aplaude (...)'"<sup>3</sup> Isto no exato momento em que os esbirros da ditadura militar argentina torturavam, estupravam e assassinavam até mesmo secundaristas!<sup>4</sup> É de dar náusea,

3. Cf. Jorge Sachvarzer, *Martinez de Hoz: la lógica política de la política económica*. Buenos Aires, Cisea. 1983, p. 54.

4. Quem assistiu, entre outros, ao doloroso filme de Héctor Olivera *La noche de los lápices*, lançado em 1986 (no Brasil, sob o título *Noite sem fim*), que narra a tragédia de sete estudantes seqüestrados pelos esbirros homicidas do governo criminoso do ditador argentino Videla (responsável pelas formas mais covardes, atrozes e degeneradas de repressão política), do qual Martinez de Hoz foi um dos principais ministros, partilhará certamente do enjôo de estômago que sentimos diante de gente como ele e seu amigo R. Campos. Acrescente-se que o filme assinala serem pelo menos 230 os adolescentes "desaparecidos" na Argentina.

mas não surpreende, dada a afinidade profunda dos dois zelosos servidores, em postos da mais alta responsabilidade, portanto da mais alta cumplicidade, de regimes de força culpados de crimes hediondos. Surpreende um pouco a cumplicidade dos liberais com estes e outros veteranos da “estabilização” implementada nas salas de tortura. Mas só um pouco. A facilidade com que os dois principais executores da política econômica da ditadura militar brasileira, o referido Roberto Campos e Delfim Neto (este carregando em seu curriculum o título de co-signatário do nefando Ato 5), lograram virar a casaca para posar como liberais, pontificando na imprensa e na política, explica-se na medida em que, no sentido econômico do termo, sempre o foram, mesmo no tempo em que o primeiro era ministro do ditador Castelo Branco e o segundo, dos ditadores Costa e Silva, Médici e Figueiredo.

Variante menos descarada da envergonhada afinidade entre liberalismo e fascismo é a convergência dos programas econômicos dos criptofascistas e dos liberais na América do Sul. Embora vertendo lágrimas de crocodilo face ao “autoritarismo” de Pinochet, os neoliberais brasileiros e seus congêneres prestam homenagem a sua política econômica. Um destes, o político católico-centrista Bresser Pereira, ex-conselheiro do milionário Abílio Diniz, ex-ministro de José Sarney, enfatizou, em dezembro de 1990, num programa de TV, que só o Chile aplicara conseqüentemente a política econômica capaz de atingir o objetivo do “ajuste fiscal”, condição *sine qua non* para resolver a “crise latino-americana”. (Pudicamente, temeroso do escândalo, como bom católico, o pensador centrista omitiu o pormenor desagradável de que tal “êxito” fora obtido sob a bota de Pinochet). Bresser, entretanto, não é o único admirador discreto das enérgicas medidas implementadas pelo ditador, depois senador vitalício chileno. É difícil encontrar alguma referência ao Chile na grande imprensa brasileira que não saliente o sucesso das medidas de restauração capitalista promovidas pela ditadura militar criptofascista, cuja versão do privatismo ultra-reacionário é tão cruel que até a água potável é monopolizada por poderosos grupos capitalistas.<sup>5</sup>

## Definições dogmáticas e definições objetivas

Dir-se-á que os crimes dos liberais não afetam a essência do liberalismo e que os “acertos” da política econômica neoliberal *avant la lettre* de

5. Um exemplo, entre inumeráveis outros, foi proporcionado por um alto funcionário do Ministério do Meio Ambiente. Justificando a necessidade de regulamentação pelo Estado brasileiro do uso da água doce, argumentou ser esta “a única forma de impedirmos que as empresas mais ricas comprem todo o poder de uso da água e fiquem com o monopólio, como aconteceu com o Chile” (*Gazeta Mercantil* de 19/11/1997). Do terrorismo do Estado israelense (base militar do Império estadunidense) contra o povo palestino faz parte confiscar para os judeus praticamente toda a água disponível.

Pinochet<sup>6</sup> são separáveis da orgia homicida do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Em algum nível de abstração tais respostas são aceitáveis, mas valem também para as demais ideologias. Todas, em princípio, podem invocar circunstâncias perversas que favoreceram atos odiosos desvirtuadores das normas e valores que preconizam (e em alguma medida respeitam).<sup>7</sup> Entretanto, embora não haja ideologias sem normatividade ética, nenhuma ideologia pode pretender ser avaliada apenas pelos valores que preconiza. (Assim como nenhum indivíduo pode ser julgado apenas pela imagem que tem de si próprio). Principalmente porque, longe de constituírem objetos culturais homogêneos e unívocos, todas elas, quer as explícitas e imediatamente políticas, quer as religiosas, filosóficas, etc., configuram-se como complexos culturais heteróclitos, compostos de idealidades (doutrinas, teorias, idéias-forças, livros sagrados) e instituições (estatais, partidárias, culturais) interagindo na trama infinita dos atos, fatos e processos que tecem o devir histórico.

Tratar esquematicamente questão tão complexa, mais do que inútil, é desaconselhável. As simplificações entorpecem um debate que por sua própria natureza vem carregado de preconceitos e paixões e que no mais das vezes se exaure num diálogo de surdos, em que cada qual reitera ao adversário suas próprias posições doutrinárias. Por isso, é sempre de bom alvitre começar o exame crítico de uma doutrina pela leitura dos autores que a defendem: quem não é capaz de ouvir não é capaz de criticar. Mas não devemos perder tempo com qualquer apologista de plantão, incapaz de discutir suas convicções sem recitar um banal catecismo político. Para determinar os traços essenciais do liberalismo convém ler, principalmente, aqueles de seus defensores que oferecem uma visão objetiva e universal da gênese e da evolução do liberalismo enquanto complexo político-ideológico, como os italianos Guido de Ruggiero e Giovanni Sartori, para

6. Em linguagem pasteurizada, *O Estado de S. Paulo* de 26/11/98, logo após a recusa, pela Câmara dos Lordes britânica, de imunidade para o grande genocida chileno, lembrou que a 3 de janeiro de 1975 "uma equipe de economistas da chamada *Escola de Chicago* começou a estabelecer no Chile um sistema de economia de livre mercado amparado pelo regime militar". De modo geral, a grande imprensa brasileira oscilou entre o humanismo melífluo e a solidariedade possível com o carniceiro de Santiago, "equilibrando" a denúncia de seus crimes com ataques dirigidos a Stalin e a Fidel Castro... Sem medo do ridículo, invocou também a "soberania" chilena, esquecendo a doutrina neoliberal da globalização.

7. O caso-limite é o dos neonazistas que ora sustentam que os campos de extermínio hitlerianos não existiram (teriam sido uma "montagem" das potências vitoriosas), ora ponderam que não se podem julgar os "grandes homens" (Hitler e assecas) com o mesmo critério ético "mesquinho" com que se julgam homens comuns. Hitler teria apenas levado a sério o lema nietzschiano de se pôr acima do bem e do mal. Para quem não se ergue a tais culminâncias metaéticas, a perversidade não está em nenhuma circunstância e sim na doutrina enquanto tal e portanto os dois argumentos são insuportavelmente descarados. Nem por isso deixam de ser usados pelos nostálgicos do Führer.

tomar dois exemplos eminentes, um da primeira, outro da segunda metade deste século.<sup>8</sup> Antes de mais nada porque ambos se situam no único terreno em que uma ideologia pode ser compreendida: o de sua própria história, que se enraíza na sociedade e na cultura em que surgiu e se desenvolveu, precipuamente nos interesses sociais que explicita e sustenta.<sup>9</sup>

O dogmatismo, tanto o apologético quanto o hipercrítico, opera através de *definições artificiais* ou *meramente nominais*. Qualquer que seja seu valor lógico, mesmo se rigorosas, perfeitamente claras e distintas, tais definições apenas recortam arbitrariamente, em função dos interesses e objetivos extrateóricos do ideólogo, as conotações mais favoráveis (ou desfavoráveis) do campo semântico do *definiendum*. O procedimento é fácil, mas mutilador: trata uma idéia-força (cuja força consiste exatamente em não ser apenas uma idéia, mas o resultado histórico de confrontos e lutas seculares) como se ela pudesse ser definida como um geômetra define um polígono ou um “marketeiro” inventa um nome para um produto. Longe de elucidar a trajetória histórica das idéias políticas e de captar sinteticamente os componentes essenciais de seu conteúdo, as definições dogmáticas optam discricionariamente por uma determinada vertente do campo ideológico. Podem ser polemicamente úteis para os que as sustentam, mas, no plano teórico, apenas obscurecem o debate.

É curioso constatar que, embora com motivações políticas opostas, os dogmáticos de esquerda convergem com os de direita no empenho em ocultar as diferenças entre liberalismo e democracia. Os de esquerda, ao afirmar o caráter irremediavelmente burguês da democracia, tornam irrelevante, senão impossível, distingui-la da ideologia liberal. Os de direita, principalmente os politólogos norte-americanos, para anexar à ideologia

8. Um dos mais eminentes teóricos do liberalismo, Guido de Ruggiero deixa claras, desde o início de sua clássica *Storia del liberalismo europeo*, as origens feudais do parlamentarismo. O primeiro tópico da Introdução, intitulado “La libertà feudale” se abre, com efeito, com a célebre fórmula de Montesquieu: “na França a liberdade é antiga, o despotismo recente”. Observação justa, na medida em que a liberdade é mais antiga do que o absolutismo da monarquia moderna, já que tem suas raízes na sociedade feudal. Cf. Guido de Ruggiero, *Storia del liberalismo europeo*. Milão, Feltrinelli. 1962, p. 3. Já o liberal Schumpeter, em que pesem seus notáveis méritos acadêmicos (pensamos principalmente em sua póstuma mas notável *History of economic analysis*. Oxford University Press. 1954) não é imprescindível. Seu muito conhecido *Capitalismo, socialismo e democracia* parece-nos antes um tratado doutrinário do que um estudo objetivo. Toda sua copiosa e ambiciosa elaboração sobre a democracia, além de trivialmente positivista, repousa como veremos logo adiante, na confusão entre o ideário liberal e o democrático. Isto, segundo nós, basta para desqualificá-la enquanto contribuição teórica.

9. É sempre útil lembrar a este respeito a pertinente observação de Giovanni Sartori: “o sentido da palavra democracia não é convencional, porque é histórico”. Obviamente, ela vale também para as demais ideologias que pesaram no movimento histórico. Cf. *Théorie de la démocratie*. Paris, Armand Colin. 1973, p. 176. A versão francesa apresenta o duplo interesse de haver sido efetuada sobre a 2ª edição norte-americana de *Democratic theory* (Praeger, 1965), revista pelo autor e ampliada com o verbete “democracia” escrito por Sartori para a *International Encyclopedia of the social sciences*.

liberal os valores democráticos, amputam-nos de seu conteúdo historicamente originário e conceitualmente essencial (= poder do povo).

A expressão *democracia burguesa*, corrente no léxico marxista, em si mesma não é nem verdadeira nem falsa. Dá origem, entretanto, a múltiplos equívocos, às vezes catastróficos, quando tratada como uma proposição da forma *S é P*, pouco importando qual o sujeito e qual o predicado (a democracia é burguesa ou a burguesia é democrática). A dificuldade está no verbo *ser*. A cópula predicativa oculta a tensão dialética entre as duas categorias, apresentando-as como uma proposição estaticamente positiva, destas que se constata em laboratório ou se definem construindo o próprio objeto como o geômetra ao ensinar que o triângulo *é* um polígono regular de três lados. Desnecessário discorrer sobre as conseqüências politicamente desastrosas deste emprego banal do verbo *ser* (a democracia *é* burguesa, portanto, constitui, para a classe operária, no máximo, um objetivo tático). Aqui, entretanto, importa-nos sobretudo insistir em suas conseqüências teóricas, notadamente nas que concernem à elucidação dos traços essenciais do liberalismo. Com efeito, definir a democracia como forma de dominação de classe da burguesia é impedir-se de compreender que aquele, incomparavelmente mais do que esta, expressa os interesses políticos da ordem capitalista. A vulgata dogmática do marxismo se exaure, assim, numa duplamente tautológica conclusão: liberalismo = democracia = dominação política da burguesia. Os mais extremistas incluirão o fascismo (que incontestavelmente é também burguês) nessa cadeia de identidades. Melhor deixá-los falar sozinhos.

Parece-nos, ao contrário, que a história política da luta de classes nas sociedades burguesas gravita em torno da *tensão contraditória* entre os interesses do capital e os da maioria. Na linguagem corrente, esta tensão se expressa por determinações quantitativas. Quando são amplas e sólidas as instituições que correspondem à vontade e aos interesses da maioria (a escola pública de qualidade, o contrato coletivo de trabalho, os direitos sindicais, a previdência social, etc.), no mais das vezes conquistadas através de combates seculares da classe operária e outras forças populares, notadamente na Europa ocidental, dizemos que há mais democracia, que o Estado capitalista é mais democrático. O caráter meramente quantitativo destas determinações decorre de expressarem correlações de forças em constante evolução (que tanto pode ser progressiva quanto regressiva). Como o limite das variações quantitativas é uma mudança de qualidade, o limite ascendente da evolução democrática nas sociedades burguesas corresponde ao máximo avanço do interesse coletivo, precipuamente o dos que vivem, ou sobrevivem, da venda de sua força de trabalho. As conquistas democráticas dos trabalhadores europeus durante o quarto de século que seguiu o término da Segunda Guerra Mundial configuraram a maior aproximação histórica deste limite estrutural progressivo.

Nem as instituições democráticas, nem mesmo as liberais são inerentes à dominação de classe da burguesia. O liberalismo é burguês no sentido de que constitui a forma política mais adequada à dominação de classe dos capitalistas e, nesta medida, serve-lhes de ideologia espontânea. Mas em situações de crise política aguda, quando o controle exercido sobre a “opinião pública” pelos grandes meios privados de comunicação social não logra garantir a “funcionalidade” do sufrágio universal (ou, para utilizar chavão em moda entre os politólogos bem-pensantes, a “governabilidade” das instituições), a burguesia, para manter seus privilégios econômicos, portanto suas posições de classe, redescobre sua profunda afinidade com o fascismo. Para manter a “liberdade” essencial, a propriedade privada dos meios sociais de produção, não costuma ter escrúpulos em revogar o conteúdo ético-político do liberalismo (“Estado de Direito”, liberdades e garantias individuais, etc.) trocando-o por medidas (e, se necessário, por regimes) de exceção, do “estado de sítio” às ditaduras militares que aplicam a tortura e as execuções sumárias em escala genocida.<sup>10</sup> Confirmando à sua maneira a tese histórico-materialista de que a base econômica determina a superestrutura política, a ordem burguesa só é intransigente na defesa da propriedade burguesa. Se aceita, em determinadas condições e correlações de força, reformas progressistas, aceita também hediondos retrocessos, tais como expressaram-se historicamente no fascismo, no nazismo e nas demais formas teratológicas dos regimes de exceção do século XX.

### **Anexação da democracia pelo liberalismo**

Ao amálgama, operado pelo marxismo dogmático, entre democracia e liberalismo, responde, no campo liberal, o igualmente dogmático ocultamento da diferença entre aquelas duas categorias políticas. O objetivo político é oposto: identificar as duas categorias para erigir a *democracia liberal* em “pensamento único”. Mas o procedimento e o resultado são os

10. Evidentemente, o grau de civilização de uma classe dominante é diretamente proporcional a seus escrúpulos políticos e portanto inversamente proporcional a sua tendência de recorrer à violência militar e ao terrorismo de Estado. A Itália dos anos 70 e 80 reprimiu com mão pesada as Brigadas Vermelhas e outros agrupamentos revolucionários armados, mas sem ruptura institucional nem terrorismo de Estado. A fórmula “era nós ou Marighella” a que recorreu Jarbas Passarinho, entrevistado por ocasião do 30º aniversário do nefando Ato 5, cuja promulgação defendeu com sanha desenvolta, mais do que cínica, marca o reconhecimento da miséria política da ditadura de que fez parte. Para manter o poder, tinham de dar carta branca aos celerados da Oban e dos DOI-Codi. Delfim Netto, outro co-signatário do ato celerado, habituado a vangloriar-se de sua truculência golpista, gosta de recordar, com a valentia fácil do beleguim, que “(...) nós (os golpistas de 64) os (a esquerda) botamos para correr em 64”. Mais tarde, assinando o Ato 5, “botou-os” no pau de arara e na “cadeira do dragão”. Trinta anos depois, também entrevistado, saiu-se com a alegação mentirosa de que o ato celerado era necessário porque os grupos armados estavam recebendo financiamento do exterior.

mesmos: anular a própria questão da democracia, mais exatamente, anular a democracia enquanto questão. Ao tratar a democracia como irremediavelmente burguesa, não compreendendo que enquanto categoria institucional, ela concretizou-se, em decisivas situações históricas (a Atenas de Péricles, a França de Robespierre), como forma política do progresso social e do interesse coletivo, a vulgata marxista facilitou sua apropriação pelos liberais.

A desmistificação dessa grande impostura da politologia estadunidense pode e deve se efetuar com estrita objetividade teórica. Notamos, com efeito, que em suas mais esclarecidas expressões, o pensamento liberal reconhece o caráter problemático da relação da democracia com o liberalismo. Entre os teóricos liberais da democracia, Giovanni Sartori foi um dos que analisou com mais acuidade a complexa relação entre essas duas categorias, mostrando que, ao longo dos dois últimos séculos, conheceram fases de convergência e de divergência, mas alertando que “o porvir parece dever mostrar que sua união é cada vez mais problemática. Após sua feliz convergência no século passado, o liberalismo e a democracia começam de novo a divergir”.<sup>11</sup> *Democracia e liberalismo* são, com efeito, categorias políticas irreduzíveis uma à outra. Como reconheceram, além de Sartori, outros autores liberais respeitadores da objetividade histórica, a “democracia liberal” não constitui uma fusão, mas uma tensa e problemática síntese de seus princípios fundamentais respectivos. A soberania popular, princípio supremo da democracia, é, *em última instância*, incompatível com a supremacia da propriedade privada e da liberdade individual, valores supremos do liberalismo.

Incompatibilidade em última instância significa também compatibilidade nas demais instâncias. O exercício da soberania pelo coletivo dos cidadãos (pelo povo enquanto sujeito político) é compatível com os princípios liberais, como foram ambos com a escravidão (abolida na França revolucionária pela Convenção Nacional e, após a queda de Robespierre, logo restabelecida pelos thermidorianos). Mesmo entretanto em sociedades liberais cujas instituições adquiriram secular solidez, como a dos ingleses e estadunidenses, o poder do dinheiro mantém com igualmente longa solidez o dinheiro no poder. O acúmulo da riqueza burguesa na forma da concentração da propriedade dos meios de produção<sup>12</sup> e a transformação

11. Sartori, *ib.*, p. 278.

12. Os plutivos do capital, os de ontem como os de hoje, ora enfatizam a importância da “distribuição do capital” através do mercado de ações, ora explicam que “Milionários e bilionários são mais que necessários”, conforme o título de artigo de John Plender, publicado no *Financial Times* e reproduzido em *Gazeta Mercantil*, caderno “Fim de Semana”, 25 de junho de 1993. Entre outros primores do mais desabrido reacionarismo liberal está a resposta, previsivelmente positiva, à questão formulada pelo próprio autor, de saber se os ricos estão “realmente cumprindo sua tarefa”.

em assalariados da grande e crescente maioria dos cidadãos<sup>13</sup> aprofunda a radical desigualdade nas condições de exercício de direitos políticos entre burgueses e proletários. Os burgueses, além do dinheiro, dispõem da máquina do Estado capitalista, isto é de uma organização permanente de dominação de classe. Digam o que disserem os anarquistas de todos os matizes, a única forma de contrabalançar tal desigualdade é a organização e a ação coletiva dos trabalhadores. A diferença entre as sociedades burguesas meramente liberais e as democráticas consiste exatamente na ausência ou na presença de partidos e sindicatos independentes relativamente à ordem do capital.

A independência orgânica favorece mas não garante a independência ideológica. As idéias das classes dominantes são as idéias dominantes exatamente porque impregnam as idéias das classes dominadas. Sindicatos 'competitivos' e 'de resultados', partidos de esquerda 'pluralistas' que consideram 'moderno' não ter teoria nem programa, absorveram, em graus variáveis, as idéias liberais da classe dominante. (Notamos com que desenvoltura elas são descartadas em momentos de crise revolucionária). Constatar que absorvê-las é perder de vista a crítica revolucionária ao capitalismo é deter-se no óbvio. Mesmo porque aqueles sindicatos e partidos não podem perder o que a rigor nunca tiveram. Perdem principalmente, o que é menos óbvio, a compreensão da diferença entre liberalismo e democracia e, portanto, a do ponto de vista burguês e do ponto de vista proletário no interior do capitalismo.

Por isso as categorias que na época das revoluções burguesas e das primeiras insurreições operárias denotavam idéias-forças estão hoje banalizadas e esvaziadas de seu conteúdo revolucionário. Qual banqueiro, alto burocrata ou chefe político burguês não se apresenta como democrata? Que conteúdo político distinguiria hoje, para o senso comum, um republicano de um monarquista?<sup>14</sup> A vulgaridade da politicagem burguesa, a indigência intelectual do tratamento mediático dos assuntos públicos (referimo-nos, claro, à regra e não às exceções) contribuem largamente para banalizar os grandes ideais da cidadania e para diabolizar aqueles que não se prestam à banalização (comunismo, estatização, socialização, etc.).

A estagnação burocrática e o conseqüente colapso da União Soviética constituem, sem dúvida, fator determinante não só da perda de confiança

13. Vale notar que se é possível estar diminuindo a porcentagem de operários da indústria relativamente ao total de assalariados, certa e incontestavelmente está aumentando a de assalariados no total da população. Sem dúvida, o desemprego crescente favorece a proliferação de atividades hipocritamente chamadas de "informais", muitas delas não-assalariadas. Mas trata-se, na grande, senão na esmagadora maioria dos casos, de precários expedientes para sobreviver na miséria.

14. O ridículo plebiscito de 1993 sobre república ou monarquia apenas confirma tal banalização.

na possibilidade de superação revolucionária do capitalismo, mas também do rebaixamento da concepção de democracia. É inegável que a osmose do partido e do Estado, com a conseqüente atrofia do princípio da soberania popular no país dos soviets, favoreceram a anexação ideológica da democracia pelo liberalismo, popularizando a velha impostura burguesa de que onde não há “liberdade econômica” (entendamos: capitalismo) não há tampouco liberdade política. Por isso, quando preconizou o reconhecimento de que a função dirigente do Partido Comunista deveria constituir uma delegação do povo soviético e não uma imposição dos detentores do poder de Estado, Gorbachev recebeu amplo apoio da esquerda mundial, notadamente dos marxistas que não erigiam o vício em virtude, isto é, as deformações e outras mazelas do bloco soviético em expressão da “democracia proletária” e do “socialismo realmente existente” (‘sorex’).

Bastava entretanto alguma lucidez política para perceber a dificuldade da empreitada, que deixava exposto o calcanhar de Aquiles (a metáfora, embora banal, reflete o encanto eterno da mitologia grega) do coletivismo burocrático. Transferir à soberania popular o poder concentrado na cúpula do Partido Comunista implicava em transferir ao corpo eleitoral a escolha do modo de produção numa situação em que o princípio da planificação estava associado à ditadura do partido. Risco inevitável, já que a esclerose do ‘sorex’ exigia solução cirúrgica, mas gravíssimo, na medida em que abria larga brecha para a contestação em bloco da obra histórica da Revolução de 1917. Só um núcleo de dirigentes de grande estatura histórica poderia enfrentá-lo com sucesso, ativando as energias revolucionárias da massa do povo soviético, como, *mutatis mutandis*, ocorrera durante a chamada “revolução cultural” chinesa de 1966, a qual, a despeito de seus aspectos intolerantes, truculentos e obscurantistas, salvou a China Popular da esclerose burocrática. Na União Soviética de 1985, porém, o timoneiro não era Mao Tsé-tung, mas apenas Gorbachev, cujas idéias-força,<sup>15</sup> promovidas pelo alto através de golpes publicitários e manobras palacianas, abriram caminho não para o poder operário, como esperavam os que encaram o “programa socialista” como promessa messiânica, e sim para o recuo rumo ao privatismo capitalista da pior espécie.

Nem poderia ter sido de outra maneira. O princípio da soberania popular não paira, indiferente, acima da base econômica da sociedade, nem,

15. A *glasnost*, simpática como idéia (um poder político transparente), serviu para fraturar a ossatura do partido-Estado, mas, na falta de um projeto conseqüente de reforma política do socialismo, criou o caos institucional em que prosperaram os mais audaciosos integrantes do *bas-fond* do soxer em decomposição. Em março de 1999, quando a Otan, cuja função oficial era defender o Ocidente da ameaça soviética, incorporou a Polônia, República Checa e Hungria a seus aguerridos dispositivos bélicos, Gorbachev bradou que estava sendo traído. Teria o imbecil acreditado que o imperialismo estadunidense iria transformar seus mísseis em fogos de artifício, uma vez desmantelada a União Soviética?

portanto, da alternativa capitalismo ou socialismo. A solução progressista à cristalização burocrática do *sorex* pressupunha a mobilização das forças necessárias para avançar da estatização para a socialização através da democratização dos meios políticos de direção da sociedade. Mesmo supondo que em algum momento Gorbachev tenha efetivamente pretendido atingir tal meta, mostrou-se no mínimo um irresponsável aprendiz de feiticeiro, incapaz de controlar as forças perversas que ele mesmo havia insuflado. Longe de abrir caminho para o poder operário, o fulminante colapso do bloco soviético deu lugar ao liberalismo caoticamente reacionário de Boris Ieltsin e consortes, que, constatando a necessidade da democracia, mas identificando-a à ordem burguesa, sacrificaram filististicamente a possibilidade histórica de superação progressista do coletivismo burocrático. Em sua pobreza intelectual, os chefes do *sorex* não encontraram outra maneira de “democratizá-lo” além da caricatura de democracia burguesa instaurada na Rússia desde 1991. As ambições turvas de Boris Ieltsin e sequazes fizeram o resto, fechando *manu militari* o Soviete Supremo com o golpe de Estado de setembro-outubro 1993 e confirmando nas eleições presidenciais de 1996, em aliança com o general Lebed, a opção regressiva pela selvageria neoliberal.

Embora mais plausível, desconsiderou-se a hipótese de que o colapso fulminante sofrido pelo *sorex* ao ingerir as regras do supermercado eleitoral estadunidense tenha sido provocado pela imperícia da cirurgia e não pela impossibilidade da operação. Como era de se prever, a propaganda capitalista explorou *ad nauseam* o argumento que mais lhe convinha, a saber que socialismo e democracia são incompatíveis e que portanto a democracia liberal não somente é a única realmente existente (já que o ‘socialismo realmente existente’, enquanto existiu, não era democrático), como também a única possível. O argumento é meramente retórico (fracassou não “o” socialismo em geral, mas a *perestroika*). Mesmo porque ele já era incansavelmente martelado bem antes do colapso do *sorex*, quando os politólogos da guerra fria ainda sustentavam que o “totalitarismo comunista” exercia um controle tão monolítico sobre a sociedade que só poderia ser destruído por uma força externa (a dos valentões do Pentágono, certamente).

Os “comunicadores mediáticos” comunicam, isto é, repetem sem pensar (nem portanto arriscar o próprio emprego) as idéias dominantes. Não as inventam. Para compreender como foram “inventadas”, em especial como se processou a dissolução do conteúdo revolucionário da democracia na atual gelatina “global”, é indispensável examinar sinteticamente a tortuosa gênese histórica do liberalismo, cuja expressão institucional originária remonta às origens aristocráticas do parlamentarismo. A ideologia liberal forjou-se, com efeito, ao longo de muitos séculos, a partir da luta dos barões feudais contra a centralização monárquica e se consolidou, enquanto forma do poder político, na

chamada *Gloriosa Revolução* inglesa de 1688-1689, um século e meio antes, portanto, do surgimento do termo *liberalismo* que lhe serve de marca registrada. Com efeito, *liberalismo* provém de *liberales*, como eram conhecidos os partidários espanhóis da monarquia constitucional nas primeiras décadas do século XIX, e *liberales de libertad* uma das três grandes idéias-forças oriundas da Revolução Francesa. (A que mais convinha à dominação de classe da burguesia emergente). Da oposição antiabsolutista espanhola o termo transferiu-se para o léxico inglês, que acoplou a seu significado, até então essencialmente político, a doutrina econômica que erigia o mercado em princípio espontâneo e “natural” de regulação social. Surgiu assim, na sociedade capitalista a mais desenvolvida e na potência imperialista mais forte da época, o *liberalismo*.<sup>16</sup> Fundia numa só doutrina o parlamentarismo, a propriedade privada, o direito burguês, o mercado e a justificação do imperialismo.

Seria inexato dizer que nasceu reacionário. Convém lembrar que as categorias e os princípios constitutivos do futuro *ideário liberal*, tal como foram elaborados notadamente por Locke e em seguida por Montesquieu (divisão e controle recíproco dos poderes; exercício de cada poder pelos representantes da nação, garantia dos direitos e liberdades individuais como valor supremo da ordem política) tinham como referência positiva

16. Convém observar que a *idéia* de liberalismo antecedeu a *palavra*, mas não os fatos históricos: o *Revolution Settlement* de 1689, que consolidou a supremacia do Parlamento sobre a Coroa, pedra angular das instituições políticas inglesas, foi estritamente contemporâneo da elaboração teórica de Locke, que publicou seus *Two treatises on civil government* em 1690. As idéias por ele defendidas sintetizaram e sistematizaram os resultados de muitos séculos de evolução política, que remontam ao passado feudal (a luta dos barões contra João dito Sem Terra no início do século XIII) e que recolheram notadamente a experiência da revolução puritana, da guerra civil, da ditadura de Cromwell e da frustrada tentativa dos dois últimos Stuart (Carlos II e Jaime II) de restaurar a monarquia absoluta de direito divino. Prática e teoria marcharam juntas na *Gloriosa Revolução*. Compreende-se, por isso mesmo, que seus protagonistas e doutrinários não tenham expresso na palavra *liberalismo* a *idéia-força* que os inspirava. Com efeito, como expõe limpidamente Locke no segundo tratado, *Concerning civil government*, o homem é livre em estado de natureza, mas tal liberdade é de pouca valia sem a *preservação da propriedade*, que só a união numa *commonwealth* lhe assegura. Tal é pois a suprema finalidade da comunidade cívica: *garantir a propriedade*. Esta e não a *liberdade*, como sustentará mais tarde Montesquieu, é para ele a *palavra-chave* das instituições políticas inglesas. Cf. o capítulo IX, sobre os fins da sociedade política e do governo, em especial os § 123 e 124, de *Concerning civil government*. No § 124 Locke é categórico: “The great and chief end... of men uniting into commonwealths, and putting themselves under government, is the preservation of their property; to which in the state of Nature there are many things wanting”. Em notável artigo, Ellen Wood vai além da “conventional interpretation of Locke’s theory of property”, segundo a qual “labor establishes the right to property”, mostrando que “what really is at issue is not labor as such but the productive and profitable utilization of property, its improvement. An entreprising, improving landlord establishes his right to property not by his own direct labor but by the productive exploitation of his land and other people’s labor on it. Unimproved land (...) (such as the lands of indigenous peoples in the Americas), is ‘waste’ and it is the right, even the duty, of improvers to appropriate it”. Ellen Wood, “The agrarian origins of capitalism”. *Monthly Review*, 50 (3), julho/agosto de 1998, p. 23.

as velhas instituições feudais inglesas. O absolutismo dos Tudor e dos Stuart constituiu uma solução de continuidade numa longa tradição de controle do poder monárquico, exercido pela aristocracia feudal à qual, a partir do século XVII, associaram-se os “comuns”. (A grande força histórica do Estado inglês consistiu em combinar a *centralização* do poder estatal com o controle parlamentar sobre o poder executivo).

Até a Revolução Francesa, o liberalismo concentrou-se, enquanto ideologia em formação, na crítica ao absolutismo. A partir do momento em que a ditadura jacobina tornou-se um espantinho para os moderados, o pensamento liberal incorporou a seu conteúdo doutrinário a crítica frontal da Revolução Francesa, pelo menos tal como se desenvolveu entre 1792 e 1794. Assim Edmund Burke criticou os jacobinos do ponto de vista da aristocracia inglesa, isto é, da monarquia parlamentar, recusando radicalmente o contrato social e/ou a soberania popular como princípio de legitimidade da soberania. Sua doutrina apela para a tradição das gerações passadas, para a “legitimidade tradicional” como diria mais tarde Max Weber, consolidada no Revolution Settlement de 1689.<sup>17</sup> Mas exatamente na medida em que não interpreta este pacto como o fundamento da legitimidade da monarquia (ele teria apenas restabelecido antiquíssimos direitos e privilégios da nação inglesa, violados pelos Stuart), não considera que possa servir de base para um pretendo direito do povo de escolher seus governantes.

A esse fator histórico sobrepôs-se, no espaço cultural anglo-saxônico, um segundo, ligado mais ainda do que o primeiro ao descompasso entre a doutrina e o léxico político, já que mais radicalmente vinculado a uma idiossincrasia lingüística do idioma imperial de nossa época. Nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, com efeito, o termo *liberalism* foi erigido em idéia-força do pensamento político burguês. O clássico *On liberty* de John Stuart Mill, composto em 1859, trata, como indica o título, da liberdade política, mas não se serve daquele termo para sintetizar sua doutrina. Nos Estados Unidos se entende por *democracia* substancialmente a concepção *liberal* da ordem política; foi nesta acepção castrada de todo conteúdo revolucionário, reduzida ao trivial critério das “eleições competitivas” que ela foi exportada para a periferia cultural, no *kit* doutrinário da chamada “ciência política”.<sup>18</sup>

Essa anexação da “palavra” *democracia* e conseqüentemente de seu prestígio histórico pela “doutrina” liberal recebeu, principalmente através

17. G. M. Trevelyan, em sua ainda hoje utilíssima *History of England*, caracteriza a “gloriosa revolução”, de 1688-1689 como um “compromisso” entre os princípios contrapostos dos *tories* e dos *whigs*. Cf. 2ª edição revista, Londres-Nova York-Toronto, Longmans. Green and Co. 1942, p. 473.

18. Paradoxal e ironicamente, do ponto de vista neolatino, o termo *liberal* passou a designar, nos Estados Unidos, posições democráticas progressistas (*left wing*), incluindo-se assim no campo semântico mais amplo do termo *democracia*, ao passo que nas línguas neolatinas, na Inglaterra

de Schumpeter, o feitio de teoria, consolidando como fusão conceitual a confusão entre as duas ideologias e portanto reduzindo o significado dos valores democráticos ao dos liberais, mais exatamente, o ideário democrático a uma de suas expressões institucionais (a duas, a rigor, já que o presidencialismo norte-americano constitui um sistema peculiar, distinto dos regimes parlamentares e mesmo semiparlamentares europeus). Graças a esse contrabando ideológico, a democracia foi suprimida enquanto ideário fundamentado na soberania do povo, na igualdade social e no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, isto é, enquanto idéia-força, e os valores liberais (o individualismo, a prioridade da propriedade privada sobre o interesse coletivo, a liberdade política garantida pela separação e controle recíproco dos poderes, a auto-regulação econômica promovida pelo mercado “competitivo”, etc.) passaram a ocupar o lugar deixado vazio pela transubstanciação schumpeteriana.

É útil examiná-la mais de perto. O conhecido *Capitalismo, socialismo e democracia* de Schumpeter define o “método democrático” como “arranjo institucional para chegar a decisões políticas, no qual indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de luta competitiva pelo voto do povo”.<sup>19</sup> Esta concepção fundamenta-se na crítica do que chama “a doutrina clássica da democracia”, a saber, aquela formulada pela Filosofia das Luzes.<sup>20</sup> Longe de ser original, essa crítica retoma aquelas formuladas, mais de um século e meio antes, por Burke e Joseph de Maistre: a noção de *soberania popular* = (*vontade geral*) não passa

e na Alemanha o termo remete sobretudo ao *laissez-faire*, ao privatismo e ao individualismo, mas também, em termos de posição política, ao constitucionalismo moderado.

19. Schumpeter. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York. Harper and Row. 1975, p. 269. Esta definição, que marcou profundamente a politologia norte-americana, continua aceita por amplo espectro de correntes liberais. Assim Manfred Hättich, em artigo publicado sob os auspícios da Fundação Konrad-Adenauer (vinculada à CDU, partido democrata-cristão da Alemanha), define “a democracia como um sistema de processos cuja finalidade é chegar por via pacífica a decisões que obrigam a todos, sob condições de opinião divergentes”. (*Papers*, nº 21, 1995, p. 1). Esclarece a definição notando que a democracia não visa a “estabelecer o consenso no Estado”, já que “o oposto da guerra civil não é a harmonia, mas a paz fundada no reconhecimento de interesses e opiniões concorrentes. Quem muito precisa de harmonia tem dificuldade em aceitar com convicção a democracia livre e pluralista” (*ib.*, p. 1). Com adaptações correspondentes ao tempo e ao lugar, a definição e os comentários retomam ao menos duas idéias essenciais de Schumpeter: (a) a democracia não é nem um ideal nem um valor universal, mas um processo ou método para decidir quem decide; (b) sem concorrência ou competição não há democracia. Qualquer que seja o grau de pertinência destas definições, elas podem ser válidas como opção por uma determinada interpretação (marcadamente liberal) do ideário democrático. Nesta medida, falta-lhes objetividade histórica. Analiticamente, constituem, na melhor hipótese, uma “fotografia” dos regimes liberais contemporâneos.

20. Para o conjunto deste argumento de Schumpeter ver os capítulos XX (“The setting of the problem”), XXI (“The classical doctrine of democracy”) de *Capitalism, socialism and democracy*,

de uma abstração metafísica desprovida de correlato objetivo. A novidade da doutrina schumpeteriana relativamente à crítica contra-revolucionária da década de 1790 consiste em amputar a noção de *democracia* não somente de seu significado originário de *poder do povo*, que acabara de ser reativado pelo jacobinismo revolucionário, mas também de qualquer conteúdo ético-cultural, deixando na penumbra o *valor político* que faz do voto algo mais do que uma técnica institucional, a saber um *direito do cidadão* (que no concernente às mulheres só foi reconhecido em meados do século XX) de escolher aqueles a quem delega a responsabilidade de decidir. Arranca-lhe pois a alma, completando sua estranha cirurgia ideológica por um transplante que lembra o célebre *tale of terror* do Doutor Frankenstein: devolve vida ao cadáver inseminando-lhe uma alma *outra*, na qual reconhecemos sem surpresa o “mercado eleitoral” estadunidense.

Em vez de captar, com a necessária distância relativamente às apologias doutrinárias, as determinações essenciais da democracia tais como se objetivaram no movimento histórico, atribui-lhe as características próprias à definição de *liberalismo*, isto é, atribui àquela o *significado* deste e a este o *significante* daquela, chamando portanto de *democrático* o método *liberal* de distribuição do poder político. Não surpreende pois a total ausência da *palavra* liberalismo em sua obra política maior.<sup>21</sup> A *idéia*, em compensação, está inteira. Apenas, como alma emigrada para outro corpo, habita a *palavra* democracia. Assim, a característica essencial da acima referida definição, a *competição eleitoral*, inscreve-se manifestamente na linhagem ideológica liberal. Só as elites dispõe do *poder* e, portanto, da *liberdade de competir*. Importa pouco do ponto de vista dos eleitores, isto é, do *povo*, a competição de que é *objeto*. A *idéia* de democracia é incompatível com os “currais eleitorais”. Sem dúvida, nem todos os ideólogos liberais os preconizam. Assim, o politólogo francês Serge Hurtig, prefaciando a edição francesa da *Teoria da democracia* de Sartori, apresenta a concepção democrático-liberal da competição eleitoral como “concorrência entre as elites arbitrada pelas massas”, deslocando assim

*op. cit.*, p. 235-268. A falácia do argumento consiste em apresentar como ilusão metafísica da “filosofia democrática do século XVIII” (sem maiores especificações) categorias universais como “vontade geral” ou “do povo”, “bem comum”, etc. Ele não se aplica nem a Montesquieu, nem mesmo, a rigor, a Rousseau (que considerava o *governo* democrático como próprio apenas para “um povo de deuses”).

21. Para sermos totalmente exatos, aparece *uma vez* a expressão *Liberal Socialism* que seria, segundo ele, a melhor perspectiva para a Europa continental notadamente para a Alemanha, após a derrota completa do nazi-fascismo: “...os ‘debris’ dos partidos social-democratas constituiriam o único material político...” para tanto. (cf. Schumpeter. *Op. cit.*, p. 374). De qualquer modo, o *conceito* de liberalismo nem sequer é examinado, nem, muito menos, relacionado com o de democracia.

do princípio da *competição* para o da *arbitragem* o traço característico da luta pelo poder.<sup>22</sup> Em relação ao conformismo positivista de Schumpeter, o avanço parece-nos incontestável, desde que, aplicando coerentemente tal critério, considerem-se democráticas apenas as eleições efetivamente arbitradas pelo corpo eleitoral. Resta saber, entretanto, em que condições a arbitragem do eleitor constitui algo mais do que o direito de escolher entre “marcas” políticas, análogo ao de que dispõe o consumidor de escolher entre marcas de sabonetes ou dentifrícios.

Não se trata de mera analogia. Celebrar as eleições *competitivas* fazendo abstração das *condições* dos competidores é a maneira bem liberal de erigir em norma a “lei” do economicamente mais forte. O chamado *pluralismo* da “democracia competitiva” norte-americana apenas prolonga, por outros meios, a competição econômica. O grau de controle do eleitor sobre as “elites” que competem pela conquista do “poder de decidir” não é maior que o dos consumidores sobre os que competem para conquistar o mercado. Ambos permanecem pouco acima do grau zero de controle efetivo. Dir-se-á que a diferença entre zero e qualquer valor numérico superior é infinita. Mas também é infinita a distância entre dois números quaisquer. Importam as quantidades discretas, a porcentagem indicativa do peso determinante da escolha eleitoral.

Uma maneira intelectualmente menos anexionista de confundir o liberalismo com a democracia consiste em tratar aquele como fundamento filosófico desta. Tal procedimento é puramente doutrinário: despreza as concepções de democracia que não se fundamentam no individualismo e nas liberdades privadas, por exemplo, as de Aristóteles, Rousseau e dezenas de outros teóricos, inclusive a do liberal Tocqueville, que via no “nivelamento universal” a grande tendência histórica de seu tempo. Caminhando, ao contrário, na trilha de Schumpeter, a grande maioria dos politólogos norte-americanos parte do pressuposto, inteiramente arbitrário, portanto historicamente falso, de que o ideário democrático se reduz ao liberal. Pretendem nos explicar o que é a democracia, mas, no melhor dos casos, explicam-nos apenas como funcionam as instituições liberais, principalmente as estadunidenses.

Via de regra, as afinidades do liberalismo com o fascismo e com as formas terroristas da reação burguesa em geral são envergonhadamente ocultadas (quando se explicitam, porém, reconhecem a concordância

22. Serge Hurtig, introdução a *Théorie de la démocratie*. *Op. cit.*, p. VI. É após assinalar o caráter “forçosamente” “situado e datado” do livro, “réplica ao fascismo vencido e ao comunismo ameaçador”, que Hurtig o apresenta como “defesa da democracia liberal (...) fundada no assentimento popular, na limitação do poder dos governantes”. Parece não ter compreendido que Sartori defende a democracia liberal com suficiente sentido crítico e profundidade analítica para não perder de vista a tensão dialética entre liberalismo e democracia, isto é, para não tratar a *democracia liberal* como um monólito.

fundamental quanto aos fundamentos capitalistas da ordem econômica), mas as que a aproximam da democracia (liberdade política dos cidadãos) são ritualmente enfatizadas. Não é difícil, entretanto, tão fortes e arraigadas são as convergências entre as formas normais e as formas patológicas da hegemonia burguesa, encontrar, *mesmo no terreno político*, doutrinas ideologicamente anfíbias que se adaptam com igual facilidade ao fascismo e ao liberalismo. Das mais características desse conúbio é a chamada “teoria das elites”, que justifica, “naturalizando-as”, as evidentes desigualdades engendradas e reproduzidas em escala planetária pelo capitalismo.

Assinalemos, enfim, que a crítica nazi-fascista ao liberalismo sempre respeitou os princípios essenciais da ordem do capital. O anti-semitismo, sua expressão mais vulgar, atribui aos judeus as perversidades sociais intrínsecas ao capitalismo. O capitalismo é bom, os judeus é que são perversos, a isto se resume o “pensamento” econômico hitleriano. Mussolini, mais pragmático, encarava a diferença econômica entre sua doutrina econômica e a liberal como quantitativa e não qualitativa, isto é, em termos do grau de intervencionismo estatal.<sup>23</sup>

### **A manipulação liberal do “totalitarismo”**

Embora tenha prosperado até em meios tidos como progressistas, a doutrina do totalitarismo tem origem suspeita e funções ideológicas manipulatórias. Serve principalmente para o Departamento de Estado norte-americano e seus coadjuvantes da periferia justificarem apoio e estímulo

23. O acordo dos liberais, neoliberais, “autoritários”, criptofascistas ou fascistas assumidos, no que concerne aos fundamentos da “ordem” econômica está claramente registrado na conhecida *Carta del Lavoro* outorgada pelo Duce fascista, que nesta questão de princípio não dizia nada de substancialmente diferente do que os liberais de todos os matizes: a “livre iniciativa” ou “iniciativa privada” constitui o fundamento da ordem econômica. A Declaração VII da carta mussoliniana esclarece que “O Estado corporativo considera a iniciativa privada no campo da produção como o instrumento mais eficaz e mais útil no interesse da Nação...” Mesmo o estatismo corporativista, principal característica econômica do fascismo, é apresentado, na Declaração IX, como substancialmente compatível com o privatismo liberal. “A intervenção do Estado na produção econômica ocorre somente quando falta ou é insuficiente a iniciativa privada ou quando estão em jogo interesses políticos do Estado”. Tanto Mussolini quanto Hitler, ao regulamentar corporativamente a economia italiana e alemã, realizaram a política que então convinha aos grandes grupos capitalistas de seus países respectivos. Do ponto de vista da tradição capitalista, nenhum deles cometeu heresia alguma. Contrariamente ao que apregoam os neoliberais mais vulgares e ao que imaginam os ingênuos que os levam a sério, o mercado raramente funcionou como um mecanismo espontâneo de auto-regulação das relações econômicas. Os dirigentes e ideólogos do capital nunca hesitaram em recorrer a métodos intervencionistas e regulamentadores: aliados, no início da Era Moderna, ao absolutismo monárquico, prosperaram com a regulamentação mercantilista. Se hoje para manter a atividade econômica prioritariamente a serviço da valorização do capital, seus agentes políticos desenvolvem planetária campanha de “privatização”, é porque a acumulação, em escala mundial, suporta com insuperadas dificuldades os custos do “bem-estar” no chamado “Primeiro Mundo”.

a dezenas de ditaduras terroristas reacionárias nos quatro cantos do planeta. Mais precisamente, serve de fundamento a pelo menos quatro grandes imposturas da politologia liberal-imperialista:

a) *Assimilação do nazi-fascismo ao comunismo*. O fascismo e mais tarde o nazismo constituíram respostas contra-revolucionárias ao avanço revolucionário do movimento operário, principalmente comunista. No norte da Itália, durante o “biênio vermelho”, os operários haviam mostrado que não necessitavam dos capitalistas para dirigir a produção: suprema insolência que os milionários ansiavam por castigar. Compreende-se que tenham recebido Mussolini de braços abertos. Na Alemanha, a solução contra-revolucionária final interveio uma década mais tarde, quando, para os *junkers* e para os grandes industriais, tornara-se evidente que, sob as instituições liberal-parlamentares da República de Weimar, os partidos operários, a despeito da funesta e recíproca hostilidade dos comunistas e dos social-democratas, fortaleciam-se orgânica e politicamente. Cumpria combatê-los com “novos métodos”. Para tanto, o homem providencial era Adolf Hitler. Em três anos (1933-1935) a SS e a Gestapo aniquilaram o Partido Comunista da Alemanha (até então o mais forte do mundo, depois do soviético) e as demais organizações operárias e democráticas, assassinando seus principais dirigentes e condenando os outros a morrer lentamente nos campos de concentração. Com a crise de hegemonia burguesa assim radicalmente superada, Hitler, com Mussolini a reboque, lançou-se em seus projetos teratológicos de hegemonia planetária, que iriam desembocar na Segunda Guerra Mundial. Os liberais que contra-argumentam invocando o pacto nazi-soviético de 1939 cometem duas torpes falsificações dos fatos históricos. “Esquecem” que aquele pacto (sem dúvida malcheiroso) constituiu a réplica, estrategicamente lógica, ao pacto liberal-nazista de 1938 em Munique (cujo objetivo evidente era lançar Hitler contra a União Soviética) e que quando os norte-americanos desembarcaram na Normandia, em setembro de 1944, os nazistas já haviam sido completamente destroçados em Stalingrado (inverno de 1942) e em Kursk (1943) pelo Exército Vermelho.

b) *Caracterização eufemística do terror reacionário como mero “autoritarismo”*. Os regimes totalitários, reduzidos, para todos os efeitos da propaganda liberal, aos comunistas, já que estes (inexplicavelmente, do ponto de vista da doutrina liberal) aniquilaram o nazi-fascismo, seriam radicalmente perversos, ao passo que os “autoritários” (isto é, as ditaduras que batem continência para o Pentágono e para o dólar, inclusive as dos fascistas Franco e Salazar e mais perto de nós, de genocidas como Pinochet e Videla), mereceriam compreensão. Afinal, ainda que utilizando métodos desagradáveis, salvaram a livre empresa e os valores do Ocidente. Seriam apenas remédios amargos contra a subversão e portanto passageiros, ao

passo que os regimes comunistas seriam inamovíveis. “Justificava-se” assim o apoio da CIA e do Pentágono à longa e sinistra galeria de ditadores homicidas nos quatro cantos do planeta. Ladrões e genocidas descarados como o filipino Marcos, o indonésio Suharto, velhos massacradores impenitentes, como o generalíssimo Franco, o senador vitalício Pinochet e dezenas de outros integrantes do crime político organizado, classificam-se apenas como “autoritários” na literatura politológica norte-americana. Segundo esta notável doutrina liberal, o Vietnã do Norte, literalmente arrasado e calcinado pela fúria genocida estadunidense, era um regime totalitário, ao passo que os facínoras que governavam o Vietnã do Sul sob as ordens do QG colonial do império estadunidense teriam sido apenas “autoritários”. Mais perto de nós no tempo, Saddam Hussein é sistematicamente apresentado pelos meios privados de comunicação social como “ditador” sanguinário, ao passo que os reis, emires e outros potentados feudais árabes vassallos do Império estadunidense recebem o mais simpático tratamento mediático.

c) *Justificação do armamentismo e do intervencionismo norte-americanos.* A diabolização do comunismo vinculava a suposta inamovibilidade do “Império do Mal” (fórmula elaborada pelo presidente Ronald Reagan, cujas referências culturais, como se sabe, não iam muito além das histórias em quadrinhos), ao caráter intrinsecamente perverso de seus métodos de manipulação das consciências e de intimidação dos recalcitrantes. Para impedir que o “mal” se expandisse, valia levar a guerra até as estrelas. Quando o “totalitarismo comunista” (entendamos: o bloco soviético) desabou por força de suas próprias contradições e o “bem”, personificado nas figuras de Gorbachev e Boris Ieltsin, eclodiu na cúpula mesma do “Império do Mal”, os bem remunerados “kremlinólogos” norte-americanos foram os primeiros a ficar surpresos. Ignoramos quantos deles perderam o emprego, mas, quanto ao fundo, ficou uma vez mais comprovada sua indigência teórica.

d) *Identificação da ordem burguesa à ‘sociedade civil’.* Ao apresentar as ditaduras militares e outros regimes que “salvaram” ou preservaram a ordem capitalista com métodos “de exceção” como “autoritários”, os politólogos liberais ocultam o caráter de classe do poder estatal. O “autoritarismo” não passaria de uma lamentável “hipertrofia do Estado” (eufemismo muito usado, entre nós, pelo general Golberi do Couto e Silva), vale dizer, de usurpação, pelo poder estatal, de atribuições próprias à “sociedade civil”. A burguesia, no essencial, nada teria a ver com a ditadura. Ao contrário, teria também sido vítima do “sufoco” e, no Brasil (mas não no Chile de Pinochet e na Argentina de Videla) da “estatização da economia”. Na perspectiva burguesa, com efeito, mais desagradável do que os “excessos” cometidos pelos “órgãos de segurança” é a

concentração estatal das decisões econômicas. Foi em defesa da “livre-empresa” e não contra a Oban e os DOI-Codi, que se ergueu o patronato paulista na segunda metade dos anos 70. A ‘liberdade econômica’ (isto é, a apropriação privada dos meios sociais de produção) constitui, para a ordem dominante, a mais sólida garantia das liberdades políticas e dos direitos dos cidadãos. Os “regimes autoritários” são úteis apenas para esmagar a “subversão”.

## **As ditaduras militares: síntese periférica de fascismo e liberalismo**

A derrota da Alemanha hitleriana e da Itália mussoliniana eliminaram duravelmente (o que não quer dizer definitivamente) o nazismo e o fascismo do cenário político dos países capitalistas dominantes. Durante três décadas, a partir de 1945, a situação internacional determinou-se pela interação de duas contradições opondo ao bloco liberal-imperialista (a) o campo comunista, notadamente o bloco soviético; (b) o movimento de libertação nacional dos povos hoje impropriamente ditos “do terceiro mundo”, agredidos desde o início da expansão planetária do capitalismo e submetidos a múltiplas formas de dominação, opressão e pilhagem em grande e contínua escala.

A particularidade da dominação imperialista imposta ao bloco latino-americano relativamente à que sofreram os povos colonizados da África e Ásia suscitou amplos debates.<sup>24</sup> Importa-nos aqui tão somente a situação instaurada no período aberto pelo final da Segunda Guerra Mundial e pelo desencadeamento da “guerra fria”. Historicamente, abriu-se, com o equilíbrio de forças entre o bloco capitalista e o bloco socialista, a possibilidade de um desenvolvimento nacional-democrático nos países submetidos ao liberal-imperialismo. Seus principais pressupostos eram a reforma agrária e uma industrialização coerente e audaciosa. Onde e quando o avanço das forças políticas empenhadas neste programa assumiu ímpeto e massa crítica suficiente para pôr em questão a ordem estabelecida, as classes dominantes locais, latifundiários e ‘burguesia associada’, recorreram à contra-revolução preventiva e ao terrorismo de Estado para salvá-la. Contaram sempre, para tanto, com o apoio, direto ou encoberto, do império estadunidense, cuja política externa foi pertinentemente classificada por Maurice Duverger, um dos mais

24. Iniciaram-se no Komintern, mas remetem, quanto ao fundo, à teoria da colonização, objeto, entre nós e alhures, sob o nome de teoria da dependência, de um longo debate político e acadêmico. Um de seus mais brilhantes participantes, eleito presidente da república, passou da teoria à prática da dependência, subordinando global e irrestritamente a economia e a diplomacia brasileiras ao Império do norte.

respeitados e serenos analistas políticos franceses de sua geração, como “fascismo exterior”, isto é, “um sistema que desenvolve a liberdade em seu próprio país (*chez soi*) e a opressão nos outros”.<sup>25</sup> É próprio aos impérios, com efeito, reconhecer a seus próprios cidadãos os direitos que nega aos povos periféricos.

Nos Estados Unidos e em geral nos centros dominantes do capitalismo internacional a articulação fascismo/liberalismo seguiu, desde o início da “guerra fria”, a fórmula liberalismo interior/fascismo exterior. Evidentemente, “fascismo” está tomado metonimicamente, no sentido de ditadura terrorista reacionária. Na periferia capitalista, vale dizer nos três continentes agredidos e colonizados, ele se concretizou predominantemente sob a forma de ditadura militar, cujo componente fascista não se reduz à militarização da política, mas se apóia na radicalização à direita da burguesia e das massas pequeno-burguesas face à perspectiva revolucionária do socialismo. É notável, também, a convergência ideológica do fascismo e das ditaduras militares latino-americanas: movimentos contra-revolucionários e fortemente reacionários que se apresentaram como revolucionários.

Na história dos regimes políticos latino-americanos é difícil, talvez impossível, encontrar uma forma do poder tão amplamente disseminada e tão concentrada num tempo histórico relativamente curto quanto as ditaduras militares que proliferaram durante os anos 60 e 70 e refluíram ao longo dos anos 80.<sup>26</sup> Como os mesmos efeitos obedecem às mesmas causas, é razoável supor que tal proliferação correspondeu a fatores comuns. O mais notório foi o impacto da Revolução Cubana, de um lado encorajando tentativas análogas, de outro suscitando reação contrária orquestrada desde a metrópole estadunidense. É evidente entretanto que o peso determinante deste fator na trama histórica concreta dependeu, em cada caso, da situação política em que se inseria. Entre nós, a simpatia suscitada pela saga de Fidel Castro e Che Guevara não exerceu praticamente, até o golpe militar de 1964,

25. Maurice Duverger, “Le fin du ‘fascisme extérieur?’”. *Le Monde*, 25 de janeiro de 1977.

26. Estamos evidentemente deixando de lado o velho caudilhismo, que prosperou na América espanhola, formado por proprietários de terras, conduzindo tropas improvisadas de peões. Alain Rouquié criticou pertinentemente latino-americanistas estadunidenses como Johnson e Lieuwen, que consideram as intervenções militares da segunda metade do século XX como “resíduos culturais das guerras civis do século XIX”. Para eles, “o homem a cavalo tornou-se técnico de blindados, os caudilhos se metamorfosearam em juntas de generais, mas não houve solução de continuidade” (na natureza da intervenção militar). (...) Em resumo, isso leva a dar crédito à explicação do fenômeno pela psicologia dos povos. Está fora de dúvida todavia (...) que o regime do coronel Nasser assemelha-se mais àquele do general Perón do que esse último tem parentesco com a ditadura de Santa Anna no México, de Estrada Cabrera na Guatemala ou de Cipriano Castro na Venezuela”. Alain Rouquié, “Le rôle politique des Forces Armées en Amérique Latine: état des travaux”. *Revue Française de Science Politique*. 19(4). 1969, p. 869.

nenhuma influência na ação da esquerda.<sup>27</sup> Muito maior foi a influência da antipatia dos meios dirigentes norte-americanos pela Revolução Cubana, que exacerbou-lhes a sanha anticomunista. A certeza de que poderiam contar com o apoio da CIA, do Pentágono e da Casa Branca, constituiu poderoso estímulo aos golpistas, no Brasil e alhures.

O fato, porém, é que no Brasil e nos demais países do Cone Sul as ditaduras militares se implantaram sem intervenção armada direta dos imperialistas estadunidenses. Nem todas, de resto, se inseriram no rolo compressor contra-revolucionário. No Peru, o regime militar do general Velasco Alvarado originou-se, ao contrário, de uma patriótica indignação contra a descarada pilhagem dos recursos petrolíferos pelo cartel imperialista e prolongou-se numa reforma agrária, após a Revolução Cubana e ao lado da mexicana, a mais avançada da América Latina. No Panamá, o coronel Torrijos, à frente de um grupo de oficiais nacionalistas e com forte apoio popular, enfrentou com exemplar tenacidade as pressões estadunidenses até obter do presidente Carter a assinatura do tratado estipulando a restituição ao Panamá da Zona do Canal.

Não se pode pois explicar a totalidade das ditaduras militares como respostas contra-revolucionárias estimuladas pelo Império estadunidense à maré revolucionária estimulada pelo exemplo cubano. Não se pode tampouco explicar totalmente as ditaduras contra-revolucionárias pelo estímulo imperial. O estímulo nunca faltou, mas o fato de não terem ocorrido invasões norte-americanas ao sul do Panamá mostra que na América do Sul a contra-revolução contou em larga medida com suas próprias forças, isto é, que a burguesia dispunha, no Brasil e em praticamente toda a América do Sul, de base própria de dominação de classe.<sup>28</sup> Ainda aqui, entretanto, impõe-se a distinção entre os golpes operados pelos militares agindo com claro mandato político da reação burguesa e latifundiária, como em 1964 no Brasil e também em 1973 no Chile,<sup>29</sup> daqueles em que a corporação militar assumiu a iniciativa de

27. Paradoxalmente, seu efeito mais notável foi a condecoração de Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul, por iniciativa do presidente Jânio Quadros.

28. Já em 1971, num editorial do boletim *Debate* (nº 6), do qual fui um dos editores no exílio parisiense, sustentei essa tese, naquele momento um tanto heterodoxa na esquerda marxista brasileira. Retomei-a em artigo publicado no mesmo ano em *Les Temps Modernes*.

29. A participação da CIA no Golpe de 64, bem como na "desestabilização" do governo de Salvador Allende é notória. Como também o é na reorganização do aparelho repressivo policial-militar boliviano após a revolução operária de 1952. Nesses e noutros casos, entretanto, não ocorreu, como ocorre regularmente no Caribe e na América Central, *invasão* estadunidense, seja com suas próprias tropas, seja através de mercenários "democratas". Mesmo na operação de cerco e aniquilamento da guerrilha boliviana do Che Guevara, a CIA e o Pentágono participaram apenas indiretamente. O rifle era americano, mas o "soldadito" que matou o Che era boliviano... A hipótese da invasão nunca foi, claro, excluída em princípio. O princípio da

violentar as instituições, com o apoio apenas implícito e menos compacto das classes dominantes, como em 1966 e em 1976 na Argentina e em 1973 no Uruguai. A explicação desta diferença não reside num maior apego às liberdades políticas por parte da oligarquia e da massa da burguesia argentina ou uruguaia, e sim no fato de que os referidos golpes de Estado foram desfechados quando a direita civil governava, mas sem lograr aniquilar a oposição revolucionária.

Todo mandato, mesmo o mais legitimamente democrático, comporta tensão entre mandante e mandatário. Comprova-o a desafeição, constantemente registrada pelas sondagens de opinião pública, dos eleitores pelos legisladores e executores que elegeram. Por isso, mormente em se tratando de regimes de fato e de força maior, devemos sempre conceber qualquer mandato como comportando um determinado mas cambiante grau de autonomia dos mandatários.<sup>30</sup>

O recuo da influência política da corporação militar, evidente em toda a América Latina e em particular no Cone Sul, acompanhou-se, com a mesma evidência, da afirmação da função dirigente da burguesia liberal. No sul do cone (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai), a linha de evolução, substancialmente semelhante, apresentou três momentos principais: (a) crise de hegemonia e mobilização revolucionária; (b) ditadura militar contra-revolucionária; (c) estabilização conservadora liberal-burguesa. No Brasil, entretanto, cumpre ressaltar que o privatismo e a subserviência em relação ao Império estadunidense caracterizaram principalmente o primeiro governo do “ciclo dos generais”, quando o abominável Roberto Campos respondia pela política econômica da ditadura.

A evolução político-institucional da ditadura militar brasileira pode ser sintetizada como autonomização crescente dos mandatários (a cúpula das Forças Armadas) relativamente a seus mandantes (os círculos dirigentes da burguesia), culminando no Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968. O terrorismo de Estado então desencadeado pela cúpula militar; embora contando com o apoio explícito dos meios políticos mais reacionários e a “compreensão” no melhor dos casos envergonhada de muitos liberais, correspondeu a uma iniciativa da hierarquia militar que se arrogou plenos poderes e portanto autonomia política relativamente ao

política imperial é manter o Império. No Brasil, em 1964, a operação “Brother Sam” desencadeada pelo Pentágono só não redundou em agressão militar aberta porque os golpistas triunfaram rapidamente. Não se pode tampouco duvidar que, também no Chile, os buldogues do Império teriam entrado em ação se Pinochet não tivesse executado com a devida eficiência a tarefa de defender o Ocidente.

30. A tradição liberal que remonta ao parlamentarismo inglês e a Montesquieu enfatiza exatamente a autonomia dos representantes, ao passo que a tradição revolucionária da democracia, de Rousseau aos jacobinos e aos marxistas recusa-a, considerando em princípio todo mandato revogável pelos mandantes, isto é, pelo povo soberano.

patronato burguês, obnubilando a afinidade econômica fundamental entre o Estado terrorista e a ordem do capital. Compreende-se assim o significado essencial da “rebelião patronal” de 1977<sup>31</sup>: recuperar o controle das decisões econômicas fundamentais retificando, na defesa de seus interesses de classe, o alcance do mandato conferido em 1964 aos generais golpistas.

No Peru a evolução foi mais complexa, na medida em que (a) a ditadura militar assumiu, entre 1968 e 1974, orientação antiimperialista e reformadora; (b) ao colapso das reformas nacional-progressistas sob direção militar seguiu uma também fracassada tentativa de estabilização liberal-burguesa; (c) a contestação revolucionária da ordem estabelecida, aniquilada alhures ao longo dos anos 70, lá se desenvolveu durante os anos 80, com os métodos radicais do Sendero Luminoso; (d) Alberto Fujimori, eleito presidente em 1990, quando para os cidadãos peruanos só havia opções reacionárias (derrotou, naquela ocasião, o extremista neoliberal Vargas Llosa), assumiu poderes ditatoriais com o golpe de Estado de 1992, deles se servindo para enfrentar os ‘senderistas’ com os métodos consagrados da guerra suja. Sempre compreensivos com ditaduras contra-revolucionárias, sobretudo com as privatizantes, os meios dirigentes estadunidenses não escondem a simpatia que lhes inspira Fujimori”.<sup>32</sup>

## O neoliberalismo, contra-revolução do capital financeiro

As restaurações contra-revolucionárias não têm o poder de restabelecer situações históricas superadas. Nem os deuses, diziam os gregos da era clássica, podem fazer com que o que ocorreu não tenha ocorrido. Por isso, o neoliberalismo não configura mero retorno do velho liberalismo. Como o fascismo, constitui uma contra-revolução com ampla base de massas. Diferentemente do fascismo, derrotou o comunismo não pela repressão terrorista, mas por uma pressão de longo fôlego.

O liberalismo do século XIX, que conheceu sua maior expansão e esplendor na *belle époque*, afirmou-se combatendo em duas frentes: contra

31. Adriano Codato desmistificou, com o necessário rigor histórico-analítico, em sua tese *Estrutura política e interesse de classe. Uma análise do sistema estatal no Brasil pós-1964. O caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico* (IFCH/Unicamp. 1995, p. 247-254), a pretensa mobilização “democrática” do grande patronato. A tese de Codato foi publicada sob o título *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo, Hucitec. 1997.

32. Um certo Geoffrey Shepherd, economista do Banco Mundial que fiscalizou os “ajustes” no Brasil, Chile e Peru, classificou o “modelo peruano de reforma econômica” como “tão profundo e tão rápido que merece virar manual”. A declaração está no apologético *Relatório da Gazeta Mercantil* de 26 de fevereiro de 1996, consagrado ao Peru. Para os manuais da *contra-insurreição* entrará certamente o exitoso assalto por tropas de elite do exército peruano, a 22 de abril de 1997, da embaixada do Japão em Lima, ocupada desde 17 de dezembro anterior por um comando do Movimento Revolucionário Tupac Amaru. O feito de armas das tropas de choque do ditador neoliberal, embora não tão extraordinário quanto o que valeu ao governador Luís

as sobrevivências da velha ordem feudal-absolutista, mas também contra a nascente democracia social e principalmente sua expressão mais avançada e radical, o comunismo. Após a Primeira Grande Guerra, pela qual as grandes potências liberais (Inglaterra e França), aliadas à Rússia czarista, foram tão responsáveis quanto os dois ‘impérios centrais’ (Alemanha e Áustria-Hungria), os valores liberais sofreram compreensível e generalizada desmoralização, que se agravou com o drama de milhões de ex-combatentes, feridos e mutilados, cuja sombria frustração foi amplamente explorada pelos fascistas e nazistas. A longa e profunda depressão que seguiu o estouro da Bolsa de Nova York em 1929 transformou a frustração das massas em desespero. A seqüência é sobejamente conhecida. Vale lembrar apenas, quanto à decrepitude e podridão do liberalismo, que mesmo a Inglaterra, onde ele sobrevivera, sujou-se, de parceria com a França, ao negar apoio à Espanha republicana agredida pelas hordas franquistas militarmente ajudadas por Mussolini e Hitler e ao caucionar, em 1938, o expansionismo hitleriano na Europa central.

A partir de 1945, com o poderio soviético caminhando para o auge e encorajando o avanço planetário do comunismo, o liberalismo só se manteve hegemônico nos Estados Unidos, que se encarregou, no confronto planetário com a União Soviética, de manter a ordem na periferia, aplicando a já evocada política do “fascismo exterior”. (A Inglaterra, no imediato pós-guerra, conheceu seu governo mais progressista desde Oliver Cromwell, o do trabalhista Clement Attlee). Na Europa continental, a burguesia se compôs com a social-democracia, aceitando reformas avançadas como alternativa à revolução social. Durante mais de trinta anos, o complexo dos direitos trabalhistas incorporados às sociedades burguesas, deu credibilidade ao “capitalismo de bem-estar”.

Mas em 1979 a política econômica preconizada por Hayek, pela ‘escola de Chicago’ e consortes<sup>33</sup> foi posta em aplicação na Inglaterra pela ultra-

Antonio Fleury o epíteto de marechal do Carandiru, merece registro nos anais bélicos da reação neoliberal. (Poucas vitórias militares nos anais da História foram, com efeito, tão fulminantes como a tomada do presídio situado naquele bairro pela Polícia Militar do Estado de São Paulo em outubro de 1992. Do lado das forças vitoriosas nenhuma baixa. Do lado dos detentos, cento e onze mortos. O secretário da Segurança de então, um certo Pedro Franco de Campos, homúnculo de olhar duvidoso, condenou diante da televisão os que levantaram a suspeita de que na verdade não ocorrera uma batalha e sim uma chacina pura e simples: “— Estão prejulgando”. Difícil decidir se o pior é a espessa tolice do chavão ou cinismo implícito do raciocínio). Já o exército peruano sofreu duas baixas ao exterminar o comando guerrilheiro. Mais prudente do que valente, Fujimori esperou a confirmação de que todos os guerrilheiros haviam sido executados para então, vestido com um colete à prova de balas (nunca se sabe do que são capazes os comunistas), felicitar em estilo neomussoliniano seus soldados vitoriosos no jardim da embaixada.

33. Vale consultar, a respeito das origens doutrinárias próprias do novo liberalismo (que remontam a 1947), o utilíssimo texto de Reginaldo Correa de Moraes, “Liberalismo e neoliberalismo, uma introdução comparativa”. *Primeira Versão*. Campinas, IFCH/Unicamp, nº 73. 1997.

reacionária Margaret Thatcher, que assumiu fria e explicitamente a “obra” de destruição do *welfare state*, promovendo o retrocesso à situação social da *belle époque*... Logo em seguida, em 1980, quando o macartista impenitente R. Reagan chegou à presidência do Império estadunidense, a “nova economia” se impôs no centro hegemônico do capitalismo internacional. (Nos Estados Unidos, é verdade, havia menos a demolir: o “sonho americano” de ficar mais rico que o vizinho nunca abra espaço para a consolidação das conquistas sociais dos trabalhadores). O prefixo ‘neo’ justifica-se pois plenamente para designar esse liberalismo ultra-reacionário,<sup>34</sup> que contrariamente ao velho liberalismo do século XIX, combate numa só frente contra as conquistas democráticas da classe operária e dos trabalhadores assalariados em geral. Seguindo o exemplo anglo-estadunidense, as burguesias do mundo inteiro assumiram o “programa máximo” da reação neoliberal: resolver a “crise fiscal” dos Estados capitalistas reduzindo os gastos do Estado, notadamente os dos serviços públicos, e suprimindo os direitos sociais dos trabalhadores e as funções estatais que os asseguravam, para poder reduzir os impostos pagos pelos capitalistas, aumentando-lhes os lucros.

No plano econômico internacional, a contra-ofensiva neoliberal, orquestrada na cúpula do poder imperial estadunidense, em estreita associação com o sócio britânico, abençoada pelo papa integrista João Paulo II, e reforçada em 1982 com a chegada ao poder, na Alemanha federal, de outro reacionário de choque, H. Kohl, atingiu, entre outros, o objetivo de reforçar a ditadura financeira internacional do FMI, abalada pelo desmantelamento do sistema dito do “padrão de troca-ouro” (*gold standard exchange*),<sup>35</sup> que entrara em colapso no final dos anos 60, quando o governo dos Estados Unidos mostrou-se incapaz de garantir a convertibilidade do dólar, isto é, de trocá-lo por seu equivalente legal em ouro. Coube a R. Nixon, em 1973, reconhecer esta impossibilidade, “passando o calote” (para retomar a linguagem dos neoliberais que, evidentemente, não se atrevem a aplicá-la ao Império) no resto do mundo. Se fosse preciso desmentir ainda mais a falácia da “globalização”, bastaria considerar que a moeda “global” do capitalismo foi enterrada naquele ano, que marcou o encerramento de um ciclo longo de três décadas de

34. Tanto quanto o prefixo ‘ultra’ para denotar o grau de reacionarismo do neoliberalismo.

35. Adotado no final da Primeira Grande Guerra e desativado a partir de 1929, pela longa e catastrófica depressão que seguiu o estouro da Bolsa de Nova York, o *gold standard exchange* foi reativado em 1944, na famosa conferência de Bretton Woods. Nesta segunda versão, o dólar, dinheiro do Estado capitalista tornado inconstavelmente hegemônico, foi erigido em moeda mundial, mais exatamente, em moeda-padrão das trocas internacionais, mediante sua equivalência com o ouro. A base do sistema de Bretton Woods, com efeito, era a paridade legal do dólar com o ouro, a saber, 35 dólares = 1 onça troy = 31,1 gramas de ouro fino. (O valor de um dólar correspondia pois a 0,888 gramas de ouro fino).

expansão do capitalismo internacional. (Ou até mais longo, já que as guerras engendram o pleno emprego e a produção maciça de meios de destruição. O ciclo ascendente do capitalismo estadunidense, após a grande depressão dos anos 30, iniciou-se, com efeito, em 1940-1941. Mas que diferença faz, na lógica da valorização do capital, produzir coca-cola ou bomba atômica?).

Êxito incomparavelmente maior foi atingido na virada da década de 1980 para a de 1990, quando a União Soviética, tendo perdido fôlego na tentativa de competir militarmente com a “guerra nas estrelas” promovida pelo senil *ex-cowboy* de Hollywood (mas ‘bom no gatilho’, como seu compatriota Buffalo Bill), não resistiu ao completo fracasso da *perestroika* (patética e funestamente irônica tentativa de instaurar uma “economia social de mercado” no momento histórico em que o capitalismo desenvolvido acentuava seu caráter anti-social) e desabou como um colosso de pés de argila. Afastado o perigo vermelho, a máquina de guerra do Pentágono retomou com a covarde desenvoltura dos que sabem não ter pela frente adversário de força comparável, a tutela armada sobre os povos periféricos.

Difícil dizer qual o aspecto socialmente mais perverso e/ou historicamente mais retrógrado da nova ordem imperial. O controle do planeta pelo “Ocidente”, eufemisticamente chamado de ‘globalização’, o extremismo privatista, o impropriamente chamado “livre jogo das forças de mercado”, a submersão das energias, artes e engenhos da humanidade no “lago gelado do cálculo egoísta” (depurado até sua mais simples expressão fetichista dinheiro que engendra dinheiro na especulação financeira), são erigidos em ideal ou, na fórmula descartável de um sub-pensador oficioso do Departamento de Estado e do Pentágono norte-americano, em “fim da História”,<sup>36</sup> que se encerraria portanto com a supressão das conquistas sociais dos trabalhadores, dos contratos coletivos de trabalho, da estabilidade no emprego, da previdência social, etc., em síntese, num retrocesso ao capitalismo da *belle époque* liberal que culminou, em 1914, no charco sangrento da Primeira Guerra

36. A medida da indigência intelectual do “pensamento único” neoliberal é dada por seu principal “filósofo”, F. Fukuyama, funcionário do governo estadunidense. Promover pequenos “grandes pensadores” descartáveis é um método corriqueiro do aparelho ideológico do capital. A peculiaridade de Fukuyama é ter sido lançado no mais alto da vaga reacionária neoliberal e por isso mesmo ter assumido com esplêndida arrogância os mais miseráveis valores da política imperialista e da ética do dinheiro. Não será inútil registrar a vinda ao Brasil do eminente sicofanta, para discorrer, a 19 de março de 1991, sob patrocínio da Fundação Getúlio Vargas, sobre “a crise global do autoritarismo e a nova ordem internacional”. Da celebração do fim da História participaram, a título de debatedores, duas notáveis expressões locais da idolatria mercadológica: Roberto Campos e César Maia, que, sem surpreender ninguém, identificaram-se, no essencial, com o receituário neoliberal e pró-imperialista do expositor. O texto da conferência e os laudatórios comentários dos debatedores foram publicados em *Gazeta Mercantil* de 24 de março de 1991.

Mundial, furiosa hecatombe em que se destroçaram dezenas de milhões de homens.<sup>37</sup>

Não convém entretanto diabolizar o neoliberalismo, mas apenas reconhecer que, no tempo histórico em que surgiu, não poderia deixar de ser essencialmente reacionário. Como a contra-revolução nazi-fascista dos anos 20 e 30, colheu decisivos triunfos para as causas conexas do revigoramento imperial do capitalismo, do retrocesso social e do obscurantismo cultural. Contrariamente àquela, não precisou recorrer *nos centros metropolitanos do capitalismo internacional*, a golpes de Estado nem à repressão de massas: operou na continuidade institucional, com métodos anti-sépticos. Por isso não configurou, no rigor da expressão, uma contra-revolução. Mesmo porque não havia processo revolucionário em curso.<sup>38</sup> Em condições tão favoráveis, a hegemonia burguesa pôde assumir descaradamente forma radical, erigindo em valor supremo o “cálculo egoísta” da lógica mercantil.

Sem dúvida, o neoliberalismo não se identifica ao fascismo. Mas a velha cumplicidade entre ambos, consagrada nos anos 20 e 30 pela adesão em larga escala dos políticos e da opinião burguesa ao fascismo e em seguida ao nazismo, reativa-se, sob nossos olhos, no “pensamento único” do imperialismo “globalizado”, em que se retomaram as iniquidades que o velho liberalismo considerava inerentes à lógica do mercado, notadamente a negação da igualdade social no plano nacional e da igualdade entre os povos no plano internacional.<sup>39</sup> A concepção extremista do princípio burguês da “competição” econômica, em que vence o mais forte na arena do “mercado”, erigida em lei natural da sobrevivência dos “mais aptos” ou “darwinismo social”, convém tanto aos seguidores de Mussolini e Hitler quanto aos de Hayek.

37. Domenico Losurdo em *Dalla Rivoluzione d'Ottobre al nuovo ordine internazionale*, estupendo estudo publicado em número monográfico de *Il calendario del popolo* (Milão, nº 570, 49º ano, novembro de 1993) reconstitui com grande força evocativa o vínculo de causa e efeito entre o ambiente de reacionarismo, belicismo, colonialismo, racismo, miséria de massas e demais pútridos ingredientes da euforia burguesa durante a *belle époque* liberal e a hecatombe de 1914-1918, interrompida, na frente leste, pela Grande Revolução de Outubro. Esse estudo de Losurdo foi publicado em português nos números 4, 5 e 6 de *Crítica Marxista*.

38. Salvo em pontos isolados (Nicarágua e Salvador, além da revolução de restauração islâmica no Irã).

39. Não será demais lembrar que os liberais mais “puros” (inclusive John Stuart Mill) conviveram tranquilamente com a escravidão, justificaram a pilhagem e a servidão do mundo colonial, enfim impulsionaram a fundo, ao longo dos séculos XIX e XX, a expansão imperialista do capitalismo europeu e estadunidense. O acima mencionado estudo de Domenico Losurdo traz abundantes informações sobre o assunto. Norberto Bobbio, um desses habilitados liberais que conseguem estar bem com a direita e com a esquerda, mostrou as garras em 1990-1991, ao classificar o massacre pirotécnico do povo iraquiano de “guerra justa”.

Tanto assim que a frenética campanha neoliberal de “privatização” e de “enxugamento”, responsável pelo desemprego crônico de dezenas de milhões de trabalhadores, pela redução dos direitos sociais à mínima expressão, atingindo prioritariamente os mais fracos e vulneráveis (turcos na Alemanha, maghrebins e negros na França), favoreceu em toda a Europa a proliferação tentacular do neofascismo, do racismo e do neonazismo. Enquanto se alternavam, sem alternativa de fundo, políticas neoliberais agressivas da direita e frustradas tentativas social-democratas para executar moderadamente a mesma política de redução dos “custos sociais” da valorização do capital em escala mundial, aventureiros truculentos, de ambições sombrias, prosperavam nos meios burgueses e plebeus mais afetados pelo desemprego e pela deterioração social. Na Itália, a direita democrata-cristã, corroída por dentro pela corrupção e pela máfia, tratou de compensar seu desgaste político aderindo à “Forza Italia”, nome futebolístico de um improvisado “bloco histórico” reacionário juntando, sob o comando de Berlusconi, vulgar aventureiro e milionário corrupto, diversos agrupamentos de extrema-direita, inclusive o neofascismo explícito. Num cenário com preocupantes semelhanças com o dos anos 20 e 30,<sup>40</sup> Berlusconi tornou-se chefe de governo.

A partir de meados dos anos 90, entretanto, a deterioração das condições sociais na Europa ocidental estreitou o campo de ação do neoliberalismo, cuja ofensiva perdeu ímpeto. Ao avanço dos neofascistas pela direita respondeu a mobilização dos antifascistas à esquerda. Nas eleições italianas de abril de 1996, o centro-esquerda coligado derrotou o bloco neoliberal-neofascista. Na França, a possibilidade de aliança entre a direita liberal e principalmente os herdeiros políticos do general de Gaulle com os neofascistas de Le Pen chocava-se com o indelével estigma que pesa sobre o fascismo local por sua vergonhosa colaboração com o ocupante nazista de 1940 a 1944.<sup>41</sup>

40. Mas dele se distingue pelo fato de que, longe de estar em decomposição, como naquela época, o liberalismo, ideologia do império hoje dominante, dispondo de meios de destruição, incontrastáveis, é hoje a ideologia burguesa dominante.

41. A última em data das mistificações reacionárias tendentes a assimilar comunismo e nazismo é obra de um certo Stéphane Courtois, organizador do *Livre noir du communisme*, publicado, numa curiosa coincidência, em 1997, na França então eleitoralmente polarizada. Serve-se de grotescas manipulações contábeis para engrossar o número das vítimas do comunismo (que, sem dúvida, sobretudo durante o terror staliniano, foram muitíssimas). De qualquer modo, se é para enumerar hecatombes humanas, ainda que o comunismo fosse responsável, desde 1917, pela cifra grosseiramente exagerada por Courtois e colaboradores, teria matado muito menos do que o colonialismo liberal-imperialista, ou, proporcionalmente do que o nazismo. De resto, a taça mundial de extermínio genocida, medida pelo critério rigorosamente objetivo da quantidade de vítimas por unidade de tempo, pertence ao império estadunidense, que, em Hiroshima e Nagasaki, pulverizou pelo menos 200 mil japoneses em poucos minutos.

Parece pouco provável que as sucessivas derrotas da direita na Europa Unida (Itália, França, Inglaterra, Alemanha), abrirão perspectivas para romper a inércia regressiva daquela alternância sem alternativa. Pelo menos bloquearam, principalmente na França, com a vitória de Jospin nas eleições presidenciais, a ascensão do neofascismo e impuseram sério recuo aos neoliberais. Acrescente-se que a Jospin e à esquerda francesa se deve um dos mais notáveis, senão o mais notável avanço social do tempo de retrocesso que vivemos há mais de uma década: a adoção, solenemente anunciada em fevereiro de 1998, do *princípio* da redução da semana de trabalho para 35 horas. Constitui a expressão socialmente progressista do aumento de produtividade, por oposição à expressão socialmente reacionária e anunciadora de catástrofes (economistas mediáticos avisam que no século XXI só um quinto da população em idade de trabalhar encontrará emprego). Não por acaso os economistas liberais mais reacionários e seus acólitos mediáticos eructaram sua raiva contra a iniciativa da maioria parlamentar e do governo francês (retomada, graças ao combate da “Refundação Comunista”, pelo governo italiano de centro-esquerda). Resta saber se e quando esse princípio progressista será aplicado.

Já a vitória dos trabalhistas na Inglaterra em 1997 e a da coligação SPD-Verdes na Alemanha em 1998 têm alcance bem mais limitado. Significaram sem dúvida, no plano interno, um não a uma década e meia de reação neoliberal, sem no entanto anunciar mudanças sérias. Na Alemanha bastaram poucos meses ao chanceler Schroeder para alijar do Ministério das Finanças, e da presidência do SPD, Oskar Lafontaine, culpado de levar a sério o programa histórico reformista da social-democracia. Quanto a Blair, seu “centrismo” não passa de um neoliberalismo atenuado. No plano internacional, em nada se distingue de seus predecessores conservadores. Apóia automaticamente a bélica truculência do sócio maior estadunidense, acompanhando, de mãos dadas, o “democrata” Clinton na trilha sangrenta de seu predecessor Bush, que prometera levar o Iraque de volta “à idade da pedra”. A nova vaga de expedições punitivas arrasadoras para intimidar e castigar o desafeto, submetido há oito anos a frio e calculado estrangulamento de conseqüências genocidas, mas apresentado pelas agências “noticiosas” da mentira globalizada como defesa da democracia contra a ditadura de Saddam Hussein,<sup>42</sup> mostra que a fórmula de Maurice Duverger (o império

42. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou ‘notícia’ assinada por um certo Ferran Sales, que merece figurar em bom lugar numa antologia da calhordice neoliberal. “(...) A mobilização dessa milícia” (da defesa civil iraquiana), “comandada por militares vestidos à paisana, era visível, especialmente de madrugada, quando os mísseis Tomahawk explodiam e a cidade parecia deserta”. Uma capital é criminosamente bombardeada pelos mercenários do Pentágono e a preocupação do jornalista sabujo é denunciar o “esquema anti-rebelião” do “ditador do Iraque”.

estadunidense exporta fascismo para a periferia) descreve apenas um dos métodos de dominação planetária do liberal-imperialismo. Um Menem ou um Fernando Henrique Cardoso são politicamente preferíveis a um Pinochet, como John Locke e John Stuart Mill, no campo doutrinário, a Carl Schmitt e Martin Heidegger. Mas o essencial, para o império, é poder contar no “resto do mundo” com governantes submissos. Se a servidão for voluntária, ótimo. Se não for, o complexo industrial-militar dispõe de mísseis Tomahawk e outros meios de destruição ainda mais persuasivos para manter a ordem do dólar no que os cínicos e estultos chamam de “comunidade internacional”.

Razões de sobra para concluir que, embora simpática no plano das idéias, a ênfase posta no “valor universal da democracia” desarma ideologicamente a crítica à “democracia” realmente existente, apoiada ou resignadamente aceita pela “opinião pública” ocidental e garantida pela sempre mais aguerrida e desenvolvida máquina de guerra do Pentágono e das forças auxiliares de uma Otan em expansão.